

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.155 - MG (2019/0136696-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : JOSE DRUMOND
ADVOGADOS : JOÃO BATISTA PACHECO ANTUNES DE CARVALHO -
MG056759
RODOLFO HENRIQUES DO NAZARENO MIRANDA - MG062601
CHRISTIANNE PACHECO ANTUNES DE CARVALHO E OUTRO(S)
- MG071943
AGRAVADO : JOSE EUSTAQUIO MESQUITA
AGRAVADO : AURORA PARTICIPACAO E ADMINISTRACAO S/A
ADVOGADOS : LEONARDO GUIMARÃES E OUTRO(S) - MG070020
MARCELLO AUGUSTO LIMA VIEIRA DE MELLO - MG080922
BEATRIZ CAMPOS HORTA DE ANDRADE - MG183652

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por JOSE DRUMOND contra decisão exarada pela il. Presidência do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJ-MG), que inadmitiu o recurso especial.

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento manejado por JOSE DRUMOND contra decisão proferida nos autos do cumprimento de sentença manejado contra AURORA PARTICIPAÇÃO e ADMINISTRAÇÃO S.A.

O eg. TJ-MG, contudo, negou provimento ao referido agravo, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 1077):

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SÓCIO - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA-PRELIMINAR REJEITADA- INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO JULGADO - IMPOSSIBILIDADE - MANTIDA A HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS.

- Tendo sido desconsiderada a personalidade jurídica da empresa executada, com penhora de bem de um de seus sócios, este possui interesse e legitimidade para a apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença.

- Transitada em julgado a sentença, prevalece o que nela restou decidido, sob pena de violação a coisa julgada."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão às fls. 1104/1108).

Inconformado, JOSE DRUMOND interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, no qual alega violação dos arts. 523 e 525 do CPC/2015; e dos arts. 39 e 40 da Lei n.º 6.024/74.

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido às fls. 1156/1158.

Irresignado, JOSE DRUMOND manejou o presente agravo em recurso especial refutando os fundamentos da decisão que inadmitiu seu apelo nobre.

Foi apresentada contraminuta (fls. 1228/1234).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece ser conhecido.

O agravo previsto no art. 1.042 do CPC/2015 tem por objetivo o processamento do recurso especial inadmitido pela Corte de origem. Assim, é imperioso que, nas razões recursais, em obediência ao princípio da dialeticidade, demonstre-se expressamente o desacerto da decisão agravada, sob pena de não conhecimento do recurso (art. 932, III, do CPC/2015).

In casu, verifica-se que a parte agravante não rebateu, como lhe competia, o fundamento da decisão agravada quanto à aplicabilidade da Súmula 7/STJ, limitando-se a reiterar as razões do especial.

Nesse contexto, é de rigor a incidência, por analogia, da súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça, bem como do art. 932, III, do CPC/2015, a teor do qual não se conhece de recurso *"que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida"*.

Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para sua negativa, consoante expressa previsão contida no art. 932, III, do CPC de 2015 e art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente, sendo insuficiente a mera repetição das razões do recurso

extremo e alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado. Precedentes.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 920726/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 07/10/2016, grifei)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182 DO STJ. DISCUSSÃO ACERCA DA APLICAÇÃO DE REGRA TÉCNICA RELATIVA AO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Inexistindo impugnação específica, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois, à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida. (...)

2. Os presentes embargos não reúnem as mínimas condições de serem

processados, pois o acórdão embargado não adentrou no exame do mérito da controvérsia.

3. Na realidade, para apreciar as alegações desenvolvidas pelos embargantes, seria necessária a prévia discussão sobre o acerto ou desacerto da regra técnica de conhecimento utilizada pelo relator do julgado objeto do presente recurso, o que é vedado pela jurisprudência pacífica desta Corte de Justiça.

4. O recurso mostra-se manifestamente inadmissível, a ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 1% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º, do citado artigo de lei.

5. Agravo interno não conhecido, com aplicação de multa.

(AgInt nos EAREsp 689337/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 21/09/2016, grifei)

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do presente agravo em recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator